



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CARDOSO

Conforme Lei Municipal nº 3.516, de 17 de abril de 2019

www.cardoso.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/cardoso

Quinta-feira, 14 de maio de 2020

Ano II | Edição nº 219-A

Página 1 de 4

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO DE CARDOSO	2
Atos Oficiais	2
Decretos	2

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Cardoso, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Cardoso poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.cardoso.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/cardoso
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Cardoso

CNPJ 46.599.825/0001-75
Rua Dr. Cenobelino de Barros Serra, 870
Telefone: (17) 3466-3900
Site: www.cardoso.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/cardoso

Câmara Municipal de Cardoso

CNPJ 49.677.933/0001-07
Rua Ângelo Moretin, 753
Telefone: (17) 3453-1088 | (17) 3453-2211
Site: www.camaracardoso.sp.gov.br



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Cardoso garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.cardoso.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/cardoso



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CARDOSO

Conforme Lei Municipal nº 3.516, de 17 de abril de 2019

www.cardoso.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/cardoso

Quinta-feira, 14 de maio de 2020

Ano II | Edição nº 219-A

Página 2 de 4

PODER EXECUTIVO DE CARDOSO

Atos Oficiais

Decretos

Jair César Nattes

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças desta Prefeitura, na data supra.

Luiz Gustavo Canteras S. F. Correa

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 3.471, DE 13 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE SUSPENSÃO DE CONVOCAÇÃO DE QUALQUER CANDIDATO APROVADO NA PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE MOTORISTA DE AMBULÂNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 01/2019.

JAIR CESAR NATTES, Prefeito do Município de Cardoso, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO documentação enviada pelo Ministério Público local noticiando a representação protocolada naquele órgão sob nº 14.0235.0000147/2020-PP, relativo a possíveis irregularidades na prova prática para o cargo de motorista de ambulância do Concurso Público nº 01/2019;

CONSIDERANDO a necessidade de colaborar com as investigações a serem realizadas por aquele órgão;

CONSIDERANDO finalmente a necessidade de se prevenir danos à qualquer dos candidatos aprovados na fase inicial de referido concurso,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica SUSPENSA a convocação, até final da apuração das possíveis irregularidades apontadas na representação mencionada supra de qualquer candidato aprovado na prova prática para o cargo de motorista de ambulância do Concurso Público 01/2019.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Dê-se ciência e encaminhe-se cópia do mesmo ao Departamento de Gestão e Recursos Humanos e à Promotoria de Justiça desta Comarca.

Paço Municipal "Vereador Antônio Gonçalves Gouveia", 13 de maio de 2020.

DECRETO Nº 3.472, DE 14 DE MAIO DE 2020.

TORNA OBRIGATÓRIO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AS RECOMENDAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONSTANTES DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DA TRANSPARÊNCIA E DO ACESSO À INFORMAÇÃO DE DADOS PÚBLICOS A RESPEITO DOS GASTOS MUNICIPAIS ESPECÍFICOS PARA COMBATE AO CORONAVIRUS (COVID-19).

JAIR CESAR NATTES, Prefeito do Município de Cardoso, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO as recomendações ofertadas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo no procedimento administrativo de acompanhamento (PAA), instaurado pela Dra. Promotora de Justiça de Cardoso;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.527/2011 que regulamenta o direito ao acesso à informação no âmbito da União, Distrito Federal, Estados e Municípios, estabelecendo, em seu artigo 6º, que cabe aos órgãos e entidades do Poder Público assegurar a gestão transparente da Administração;

CONSIDERANDO que incumbe aos agentes e órgão públicos a implementação dos mecanismos de acesso à informação pelo cidadão;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica obrigatório no âmbito da Administração Pública as recomendações do Ministério Público constantes do Procedimento Administrativo de Acompanhamento (PAA) da transparência do acesso



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CARDOSO

Conforme Lei Municipal nº 3.516, de 17 de abril de 2019

www.cardoso.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/cardoso

Quinta-feira, 14 de maio de 2020

Ano II | Edição nº 219-A

Página 3 de 4

à informação de dados públicos a respeito dos gastos municipais específicos para combate ao CORONAVIRUS (COVID-19), conforme segue:

1) Disponibilização, em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), de informação clara e acessível sobre as contratações ou aquisições realizadas pelo ente público, devendo nelas obrigatoriamente constar:

1.1. o nome do contratado e o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil;

1.2. o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

2) Disponibilização, em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), de informação clara e acessível sobre todos os recursos recebidos de repasses da União ou dos Estados para a adoção de medidas de enfrentamento à pandemia do coronavírus, em que conste o valor recebido, data de recebimento e correspondente destinação, inclusive das quantias repassadas às entidades do terceiro setor;

3) A mesma obrigação prevista no item anterior deve ser observada com relação a recursos provenientes a título de doações por entes privados, constando valores, origem e identificação do doador, e correspondente destinação, inclusive das quantias repassadas às entidades do terceiro setor;

4) Disponibilização, em espaço específico nos correspondentes Portais da Transparência, de fácil localização e ampla divulgação, não só das contratações e aquisições realizadas, como também do resumo e detalhamento de atos e despesas para enfrentamento ao COVID-19, atendendo, nos termos do artigo 8º, § 3º, da Lei 12.527/13, aos seguintes requisitos:

4.1. conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

4.2. possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

4.3. possibilitar o acesso automatizado por sistemas

externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

4.4. divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

4.5. garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

4.6. manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

4.7. indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e,

4.8. adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008;

5) Em relação aos contratos assinados pelo Poder Público que envolvam a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos, observar o atendimento às seguintes exigências:

5.1. designação de fiscais para verificação da correta execução do objeto, devendo a nomeação recair dentre servidores públicos que detenham capacidade e conhecimento técnico, fornecendo a eles todos os meios necessários para o fiel cumprimento de suas funções;

5.2. publicação no Portal da transparência de cópia dos documentos e informações relativas à execução ou inexecução contratual; e

5.3. manutenção em boa guarda de todos os documentos relacionados às contratações e da respectiva fiscalização da execução, para eventual e futura análise pelos órgãos de controle;

6) Com relação às contratações de funcionários por tempo determinado (art. 37, IX, da CF/88), que tenham como fundamento a necessidade de combate ao COVID-19, observância de ampla publicidade aos respectivos processos seletivos, de que conste:

6.1. o número do processo seletivo e edital respectivos;

6.2. o valor dos vencimentos fixados para cada função



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CARDOSO

Conforme Lei Municipal nº 3.516, de 17 de abril de 2019

www.cardoso.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/cardoso

Quinta-feira, 14 de maio de 2020

Ano II | Edição nº 219-A

Página 4 de 4

temporária disponibilizada;

6.3. nome e CPF das pessoas contratadas, função exercida, o prazo da contratação;

7) Com relação aos pagamentos, a funcionários públicos, de verbas ou vantagens extraordinárias de qualquer natureza, inclusive horas extras, autorizadas em razão da necessidade de enfrentamento ao COVID-19, observação de que se exija a publicação do valor total desses desembolsos, identificando-se:

7.1. o cargo e/ou função ocupado pelo servidor beneficiado por meio de sua matrícula funcional;

7.2. natureza, dispositivo legal autorizador e valor total recebido, por mês, a título extraordinário; e

7.3. manutenção de relação nominal, em que conste a identidade desses funcionários para apresentação oportuna a órgãos de controle, caso requisitadas.

§1º - A disponibilização dos dados no site oficial deste município, bem como no portal de transparência de todas as ações já praticadas desde o início do enfrentamento da Pandemia do COVID-19, neste município.

Artigo 2º - As Secretarias, bem como, os respectivos Departamentos deverão encaminhar semanalmente relatório de todas as aquisições, contratações, bem como pagamentos extraordinários realizados à servidores, à Secretaria de Administração e Finanças para posterior encaminhamento à Promotoria de Justiça local.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Dê-se ciência e encaminhe-se cópia do mesmo à Promotoria de Justiça desta Comarca.

Paço Municipal "Vereador Antônio Gonçalves Gouveia", 14 de maio de 2020.

Jair César Nattes

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças desta Prefeitura, na data supra.

Luiz Gustavo Canteras S. F. Correa

Secretário de Administração e Finanças